



Educação em Alerta

SINTEP-MT | Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

Jornal Sintep-MT
Edição Agosto de 2024

 [sintepmtoficial](#)

 [sintepmt](#)

 [tvsintep](#)

 [sintep.deluta](#)

 [www.sintep.org.br](#)

 AGOSTO DE 2024



Editorial

Trabalhadores/as da Educação de MT 59 Anos de Luta e Resistência

Neste momento em que celebramos os 59 anos de existência do Sintep-MT, é imprescindível refletirmos sobre a longa trajetória de lutas, conquistas e resistências que marcam a história dessa entidade. Nascida durante um período sombrio de nossa Nação, a ditadura militar, esse sindicato se estabeleceu como um dos maiores pilares de resistência contra a opressão governamental, lutando incansavelmente pela construção de uma educação pública que respeite a liberdade e a dignidade dos trabalhadores da educação.

A gênese desse sindicato é marcada pela representatividade dos professores, ao longo de sua história se fortaleceu com a união de todos os funcionários da educação, tornando-se a maior representação sindical do estado de Mato Grosso. Com a expansão territorial do estado, o sindicato estendeu sua atuação a diversos municípios, consolidando-se como um agente fundamental na defesa dos direitos dos profissionais da educação nas redes municipais e estadual.

Nesses 59 anos, o sindicato sempre se posicionou como uma organização combativa, livre e democrática, cuja principal bandeira foi e continua sendo a luta por uma educação pública de qualidade, valorização profissional e democrática. Mesmo antes da previsão legal, o sindicato já lutava por uma lei de carreira justa e por um financiamento adequado para a educação.

Nos tempos atuais, enfrentamos um cenário de desmonte das políticas públicas educacionais. Sob o governo Mauro Mendes, testemunhamos um ataque direto ao financiamento da educação e a implementação de políticas que visam privatizar a educação, manipulando dados para mascarar a realidade. Esse governo, com apoio de alguns setores do poder judiciário e da Assembleia Legislativa, tenta impor um regime totalitário e o silenciamento das vozes que lutam por uma educação pública e democrática.

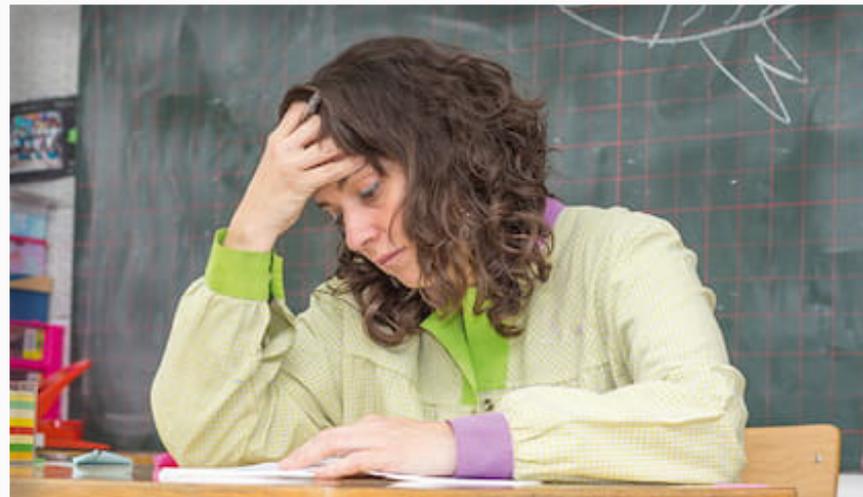
Diante desse contexto, é crucial que a categoria dos trabalhadores da educação mantenha sua força e determinação para resistir às investidas desse governo tirano. As conquistas que celebramos hoje não nos foram dadas de presente, mas sim arrancadas com muita luta. Mais do que nunca, é hora de nos unirmos e somarmos às fileiras da resistência, sabendo que o caminho é árduo, mas que a dignidade e o futuro da educação em Mato Grosso dependem da nossa coragem e determinação.

Por uma educação que seja verdadeiramente do povo, pelo povo e para o povo.

Valdeir Pereira

Presidente do Sintep-MT

ESTÃO ACABANDO COM A SUA CARREIRA VOCÊ VAI DEIXAR ISSO ACONTECER?!



● Sintep-MT convoca os trabalhadores da educação para enfrentar o desmonte da educação pública, a precarização dos espaços escolares, o autoritarismo, a plataformização e o assédio moral nas escolas. A valorização salarial é uma bandeira histórica do sindicato que é atacada pelo atual governo do estado.

Há sete anos não se realiza concurso público para atender às necessidades do quadro de pessoal e garantir a continuidade pedagógica para os estudantes. O governo descarta a valorização com ganho real e adota um sistema de ganho por resultados, comprometendo a carreira e até a aposentadoria. Compromete a renda dos aposentados e pensionistas ao aplicar essa taxa de 14% nos salários, afetando aqueles que contribuíram por toda a vida profissional.

O governo Mauro Mendes defende o Estado Mínimo e entrega os serviços públicos às empresas privadas. Uma política que beneficia apenas os grupos que lucram com recursos públicos desviados para interesses privados. No entanto é a sociedade que paga impostos e a ela deveria se garantir serviços públicos de forma gratuita e com qualidade.

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RECURSOS PÚBLICOS SÃO PARA A POPULAÇÃO, NÃO PARA O LUCRO PRIVADO



● governo Mauro Mendes implantou o processo de mercantilização da educação com sistema estruturado de ensino. Contrata empresas privadas para produzir apostilas com o mesmo conteúdo dos livros didáticos entregues gratuitamente pelo MEC. São milhões de reais da educação pública estadual gastos com a compra de material virtual, kits de uniformes, testes e avaliações, todos integrados ao Sistema Estruturado de Ensino. Produtos de qualidade questionáveis, como o caso das apostilas, de mochilas e tênis, além de exigirem horas dos trabalhadores e professores para além de suas jornadas previstas na carreira.

PROFUNCIONÁRIO REDUZIU-SE A OFERTA

Desde que assumiu o governo, Mauro Mendes parou a política de qualificação profissional para os/as funcionários/as de escola, por meio do Profuncionário. A formação de nível médio oferecida aos funcionários de escola, capacita o trabalhador da educação na função específica para além da execução das tarefas (cozinhar, limpar e vigiar). A formação garante ao funcionário o comprometimento com o papel de educador e contribui para a qualidade da educação no ambiente escolar, para além da sala de aula.

CONFISCO DAS APOSENTADORIAS PENALIZAÇÃO COM DUPLA COBRANÇA

● governo Mauro Mendes penaliza os salários dos aposentados e pensionistas da educação, retomando a cobrança previdenciária de quem contribuiu toda a vida profissional. Desde 2020, retira 14% da única fonte de renda do segmento. Somado a isso, depois de anos recebendo o benefício equiparado aos trabalhadores da ativa, foram surpreendidos com a redução dos salários devido aos calotes da RGA, agravados com política de precarização salarial dos trabalhadores ativos da educação na rede estadual, via Gratificação por Resultado. O bônus (gorjeta) pago pelo governo não é salário e, portanto, não impacta nas aposentadorias vigentes, tampouco nas futuras.

ENTENDA O QUE ESTÁ EM JOGO COM A POLÍTICA MERITOCRÁTICA (GR)

- ✓ **Competição desumana nas escolas**
- ✓ **Abandona a valorização universal para todos os cargos da carreira**
- ✓ **Estabelece desigualdade entre os profissionais na mesma escola e na mesma carreira**
- ✓ **Acaba com a carreira única dos trabalhadores da educação**
- ✓ **Desconsidera valorização para os aposentados e pensionistas**
- ✓ **Não incorpora nas futuras aposentadorias**
- ✓ **Cria a ideia que melhorar a educação é um esforço individual**
- ✓ **Volta com a política de penduricalhos nos salários da educação**

A política de gratificação do governo Mauro Mendes mascara a falta de compromisso da gestão com a valorização profissional dos trabalhadores da educação, já que não promove os reajustes salariais. A GR é similar ao modelo do comércio, onde quem produz mais ganha mais, o que favorece a empresa e não o conjunto dos funcionários. Na rede pública de educação, isso gera uma disputa desleal e desrespeitosa entre os profissionais, dada a diversidade das realidades escolares, e não beneficia o usuário da educação, os estudantes.



A Seduc-MT estabelece metas únicas para serem cumpridas por todos os educadores, mesmo com escolas com realidades diferentes. Medir todos com a mesma régua demonstra a exclusão na Educação Pública. O governo criou regras que submetem os profissionais a disputas por um recurso que chama falaciosamente de 14º e 15º salários, criando a falsa impressão de que estão recebendo um salário extra completo.

Os impactos da GR não afetam apenas aqueles que não atingem as metas anuais. Mesmo os que conquistam 100% das metas sofrerão perdas, pois a valorização não se reflete na carreira, e assim não estará na aposentadoria.



APRENDIZAGEM COMPROMETIDA PELA AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO

A carreira da educação pública estadual é composta por três cargos: Professor, Técnico Administrativo Educacional (funcionários da secretaria da escola e multimeios didáticos), e Apoio Administrativo Educacional (limpeza, vigia e merenda). Há sete anos o governo não realiza Concurso para esses cargos. Atualmente 70% das vagas estão preenchidas por contratos precários, em que se pagam valores abaixo da tabela, eliminam-se postos de trabalho (vigias, pedagogas). Com isso, as contribuições previdenciárias são destinadas ao INSS, desfalcando a previdência estadual.

A educação é um processo contínuo, mas que tem sido fragmentado com os vínculos temporários dos profissionais da educação. Faltam contratos em determinadas funções o que sobrecarrega os trabalhadores, entre as quais os docentes, que assumem turmas superlotadas.

POR QUE SOMOS CONTRA O MODELO EXCLUDENTE DE ESCOLA CÍVICO-MILITAR

As escolas cívico-militares excluem os estudantes, pois apenas 50% das vagas são acessíveis a estudantes selecionados, enquanto os outros 50% são reservados para filhos e parentes de militares. Apesar dos recursos para sua manutenção serem públicos, apenas alguns têm acesso a esses benefícios, o que é inconstitucional. Além disso, o Estado gasta mais com os salários da gestão escolar composta por militares, que recebem tanto da Segurança Pública quanto da Educação.

O governo disseminou a falsa ideia de que as escolas cívico-militares são mais seguras e de melhor qualidade. Segundo o Sintep-MT, a falta de segurança está nas ruas, onde os policiais deveriam estar patrulhando. A escola cívico-militar promove uma falsa ideia de disciplina, já que os estudantes que ingressam nessas escolas são geralmente os menos vulneráveis.

A escola é um espaço de construção de sonhos. E sonhos florescem onde se respira liberdade, não opressão. Sonha-se melhor quando se tem acesso ao conhecimento. Por isso, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional consagram, entre outros princípios da Educação, a liberdade de ensinar e aprender, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas e a gestão democrática.

DESRESPONSABILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO TEM NOME: REDIMENSIONAMENTO OU MUNICIPALIZAÇÃO

Uma proposta sedutora do governo do estado para as prefeituras de Mato Grosso acabou por gerar um “cavalo de Tróia” na educação pública. Em troca de prédios de unidades estaduais fechadas na atual gestão, ou investimento em obras públicas municipais, prefeitos assumiram estudantes da primeira etapa do ensino fundamental (1º ao 5º ano), até então, matriculados no estado.

Hoje, as prefeituras de Mato Grosso que assumiram os estudantes do estado vivem o dilema: como cumprir com a oferta da educação infantil (ampliar vagas, garantir creches de período integral), conforme prevê a Constituição? Os trabalhadores municipais não recebem o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). O ensino fundamental (1º ao 9º ano) deve ser função do ente de maior capacidade financeira. Na maioria dos casos, o governo estadual.

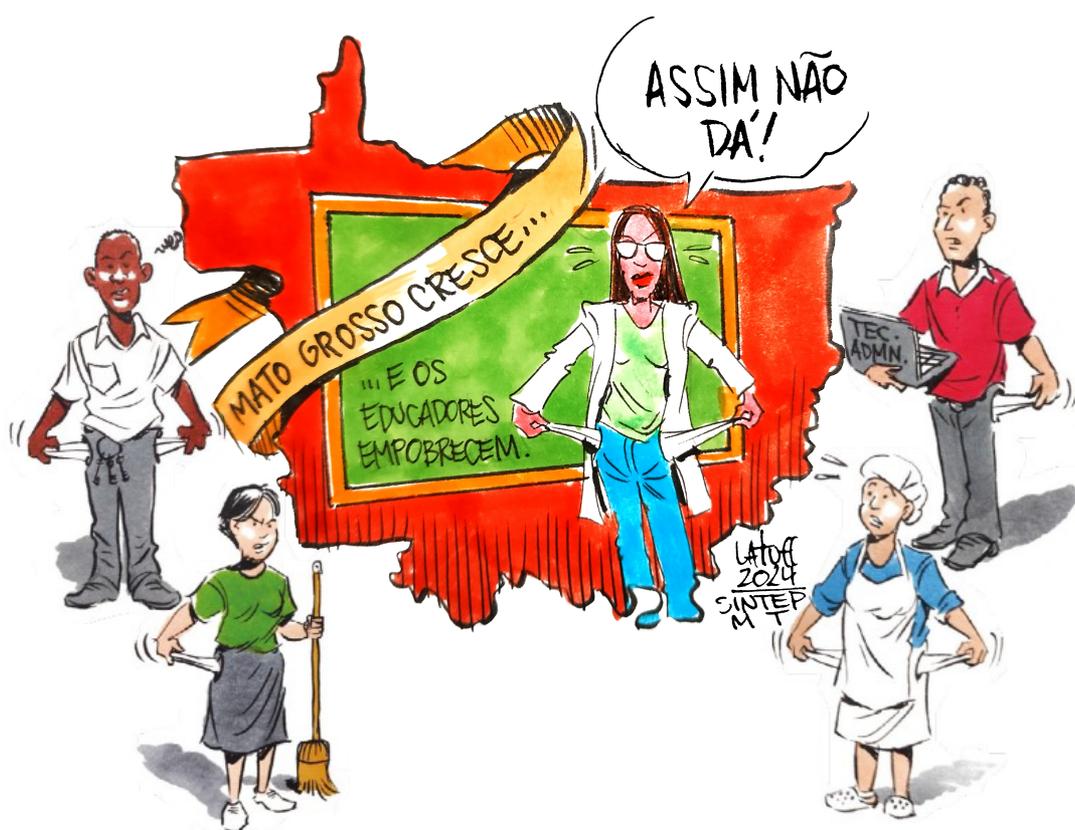


FIM DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

● governo Mauro Mendes revogou a Lei de Gestão Democrática, substituindo a eleição de diretores que ocorria pelo voto da comunidade escolar por um processo seletivo baseado em provas, avaliação de competências e entrevista, com seleção final feita pela Seduc-MT. Além disso, o governo aumentou seu controle por meio de Diretorias Regionais de Ensino, compostas por indicados que fiscalizam e controlam a execução da gestão escolar.

O governo desmontou o CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar), agora sem pais e estudantes, composto apenas por funcionários, professores e o diretor, que aplica os recursos e fiscaliza as contas parcialmente. O governo também passou a controlar os Grêmios Estudantis, interferindo nas pautas desenvolvidas pelos estudantes por meio dos responsáveis designados pelo gestor da escola.

EMPOBRECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Levando em conta o crescimento econômico do estado, os recordes de arrecadação devem ser empregados em benefício do serviço público e para garantirem à população qualidade nos serviços ofertados no estado. Contudo, o governo desvia o dinheiro público para os empresários, ou por meio da compra de produtos de grandes empresas, ou perdendo dívidas, promovendo isenções e renúncias de impostos.

Depois de reduzir de 35% para 25% as receitas constitucionais vinculadas à educação, implanta a política de austeridade mantendo os educadores entre as menores médias salariais, entre as carreiras do executivo estadual, com base no nível de formação. Para equiparar essas perdas o Sintep-MT defende a campanha salarial de 9,16% (ganho real) + RGA (inflação), a cada ano do mandato do governo atual.

VOCÊ SABIA?

Aqueles servidores públicos aposentados em tratamento oncológico têm isenção total de imposto de renda e da contribuição previdenciária, até o teto do regime geral de previdência. Salários acima de **R\$ 7.786,02**, (teto do INSS) pagarão o imposto ao que exceder esse valor.

SAÚDE DO/A EDUCADOR/A

As medidas adotadas pelo governo têm levado as pessoas a trabalharem doentes, para pontuar mais. O ambiente de assédio moral piorou, o que reflete em mais um dos motivos para que os jovens mais qualificados não queiram ingressar na profissão pela sobrecarga de trabalho, turmas lotadas, salários que não são atraentes, excesso de avaliações dos estudantes, além de relatórios burocráticos cobrados intensamente.

ACESSE O DIREITO

A Assessoria Jurídica do Sintep-MT iniciou em julho de 2024 a execução da Ação de 1/3 de férias para docentes efetivos da Rede Estadual. Por meio de um Sistema próprio, acessado pelo endereço (www.sintepmt.org) o jurídico recebe documentos dos/as professores/as efetivos que atuaram na rede estadual entre 2012 a 2021 para fazer a cobrança dos direitos junto ao Estado.

Orçamento da educação nos municípios e direito ao Piso Salarial foram focos do II Encontro por Macrorregiões

● O II Encontro de Redes Municipais por Macrorregiões do Sintep-MT, realizado em 2024, capacitou educadores de cinco macrorregiões (Nortões, Lestes e Noroeste, Oestes e Sul) do Sintep-MT para monitorarem o orçamento da educação nas prefeituras, com o objetivo de garantir a valorização profissional, a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

O secretário de Redes Municipais do Sintep-MT, Henrique Lopes, explicou sobre a formação do Fundeb, agora ampliado pela complementação federal, com possibilidades de acesso pelas prefeituras, além de discutir os recursos municipais destinados à educação. Os encontros foram abertos na macrorregião Norte, reunindo

representantes de quatro polos, no município de Sinop. Na oportunidade foi destaque a importância da união entre as categorias de trabalhadores para enfrentar as políticas de precarização do trabalho.

O presidente do Sintep-MT, Valdeir Pereira, destacou a necessidade de monitorar as finanças municipais, alertando sobre manobras utilizadas por prefeitos para justificar a não implementação do piso salarial.

Na macrorregião Oeste, em Cáceres, o destaque foi para os vícios da velha política do coronelismo, na região, influenciando nas gestões municipais e comprometendo o orçamento, dificultando avanços em direitos educacionais. Em Barra do

Garças, na macrorregião Leste, o foco do encontro foi a instrumentalização das lideranças sindicais para intervirem de forma eficaz junto aos poderes públicos. Finalizando os encontros, Tangará da Serra, na região do Médio Norte, e em Juscimeira, na região Sul, trouxeram para o debate a importância da Reforma Tributária para promover justiça social entre os municípios, ressaltando o período eleitoral de 2024 que será uma oportunidade crucial para avaliar os candidatos comprometidos com a educação, além de incentivar a participação dos educadores no pleito e a entrega da Carta Compromisso para candidaturas majoritárias.



SINOP-MT | 09 E 10 DE MARÇO



BARRA DO GARÇAS - MT | 13 E 14 DE ABRIL



CÁCERES-MT | 20 E 21 DE ABRIL



TANGARÁ DA SERRA - MT | 27 E 28 DE ABRIL



JUSCIMEIRA | 25 E 26 DE MAIO

EXPEDIENTE

[sintepmtoficial](https://twitter.com/sintepmtoficial)

[sintepmt](https://www.instagram.com/sintepmt)

[tvsintep](https://www.youtube.com/tvsintep)

[sintep.deluta](https://www.facebook.com/sintep.deluta)

www.sintep.org.br



Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT

Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327

Site: www.sintep.com.br

Email: comunicacao@sintep.org.br

Presidente: **Valdeir Pereira**

Secretário de Comunicação: **Edevaldo José Santos e Ester Assalin**

Secretária-geral: **Miriam Ferreira Botelho**

Revisão: **Maria Luiza Zanirato**

Edição, redação: **Roseli Riechelmann** (MTB 24400)

Editoração Eletrônica **Jadson Oliveira**

Fotos: Divulgação e Sintep-MT.